



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE

PRESIDENTE: ANDREA MATARAZZO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA – PL 209/2011
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 27 DE JUNHO 2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - PSD) - Boa tarde a todos.

Na qualidade de Presidente circunstancial da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 22ª audiência pública dedicada a debater hoje o PL 209/11, que institui as diretrizes básicas para a readequação e reaproveitamento de edificações verticais de interesse social no Município de São Paulo e dá outras providências.

Estão presentes os Srs.: Vereador Paulo Frange; Herbert Suit, representante do Executivo; e Luiz Claudio.

Ontem foi apresentado um substitutivo ao PL 209/11 e também foram apresentadas emendas e substitutivos ao Plano Diretor.

Neste momento vou tratar especificamente do PL 209/11. O projeto de lei foi apresentado no começo de 2011 e é fruto do debate do Plano Diretor tocado por esta Casa nos anos de 2009 e 2010. Em 2007, a Câmara Municipal de São Paulo recebeu um projeto de lei que tratava da revisão obrigatória do Plano Diretor, mas acabou sendo adiada para 2009 e concluída ao final de 2010.

Foram praticamente dois anos de debates, mais de 80 audiências públicas realizadas, debates técnicos, impedimentos judiciais e, ao final deste processo, eu na época era relator, apresentei um conjunto de projetos que me pareciam obrigatórios se não tivéssemos a aprovação do plano. Então, estávamos tratando da revisão da Lei 13.430, que foi frustrada.

Agora, estamos debatendo um novo plano. Como aquela revisão foi frustrada, alguns dos temas debatidos eu fiz questão de apresentar em forma de projeto e este é um dos projetos que nasce da incapacidade que a Câmara teve de aprovar a revisão do Plano Diretor em 2009/2010. Ele aborda o reaproveitamento e a reutilização das edificações verticais da cidade de São Paulo, em especial, aquelas ociosas reconhecidas no período do debate do plano, agravadas nos últimos 3 ou 4 anos.

A cidade de São Paulo, hoje, conta com quase quatro milhões de metros quadrados construídos e ociosos, em especial na região mais dotada de infraestrutura com sistema de circulação com mais qualidade, metro, trem e onde estão os empregos, ou melhor, os imóveis abandonados, em especial os prédios da região central, estão próximos de toda a rede estrutural que foi paga pela população de São Paulo nos últimos 100 anos, mas a gente insiste com uma lógica de levar a população para as regiões mais distantes do emprego, mais

distantes da oferta de transporte público coletivo e mais distantes da rede de infraestrutura social, escolas e hospitais.

No último período de 10 anos, tivemos inclusive fechamento de hospitais nessa região central por ausência de população para utilização deles. Tivemos o fechamento, nessa região central, em 2005, em um único ato, de 47 escolas porque não se tinha mais população residente para utilização dessas escolas.

Então, o projeto se apresenta para essa tarefa: reocupar de maneira organizada as edificações que já estão aí. E por quê? Essas edificações têm um coeficiente de aproveitamento que é muito debatido, muito superior ao máximo que os dois últimos planos e este que debatemos têm. O coeficiente de aproveitamento máximo, que é debatido no Plano neste momento, é de 4 e a média das edificações na região central superam 10.

Não fazia nenhum sentido conservar prédios inteiros, que têm um coeficiente infinitamente superior àquele que vai ser permitido construir, vazios, sendo que se precisa ocupar, porque já consomem recurso público, porque aqui a infraestrutura foi instalada.

Qual que era a dúvida que se tinha? Como garantir: 1) que os imóveis tombados tivessem a sua total preservação? A primeira forma de se enfrentar isso é que é óbvia: com a presença humana, se consegue preservar muito mais do que quando se permite a degradação de seu entorno; segunda, como transformar prédios que foram construídos para atividade comercial em residenciais? Em especial, à população de baixa renda, garantindo benefícios urbanísticos para tal. E é isso o que o projeto apresenta.

Na tarde do dia de ontem, a esse projeto, a esse conjunto de normas que permite trazer para um novo universo esses 4 milhões de metros quadrados, um grande debate foi realizado junto ao Relator do Plano Diretor, Vereador Nabil Bonduki, porque o Plano Diretor, até o dia de ontem, confirmava uma tese que queríamos enfrentar, confirmava uma tese de que transferíamos, a partir de uma alteração na Operação Urbana Centro, ao empreendedor que quisesse realizar o seu empreendimento habitacional aqui na região central, todas as vantagens da edificação que fosse destruída - tanto é que batizamos esse artigo do Plano

Diretor de "destrofit": quem destruísse um prédio com 10, 12, 15 de coeficiente de aproveitamento, poderia verticalizar nessa mesma intensidade. Isso é dizer que a certeza que passaremos a ter com a aprovação desse dispositivo no Plano Diretor é que ninguém de baixa e média rendas poderia morar na cidade de São Paulo, porque todos os prédios construídos que fossem demolidos teriam, só no seu processo de demolição, a expulsão da população da região central. É quase como dizer que destruiríamos todos os prédios da região central porque eles têm um coeficiente de aproveitamento muito superior ao que o que está sendo dado no Plano, e isso literalmente baniria da região central a população de baixa renda. Vou além: podemos dizer que nem os cortiços que hoje resistem na região central resistiriam com um dispositivo, no Plano Diretor da Cidade, com essa dimensão.

Mas o debate prosseguiu e, na tarde do dia de ontem, foi possível colher assinaturas em um substitutivo que altera muito pouco a tese para o reaproveitamento e a reutilização das edificações verticais da região central para dar a elas interesse social, avançou a partir do momento que recepcionou...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ POLICE NETO - Isso, foi uma demanda trazida pelo Vereador Alfredinho, quando recepcionou a possibilidade de aproveitamento de 150 mil metros de zona predominantemente industrial em Itaquera, recentemente ocupada, batizada de Copa do Povo. Para isso a Liderança do Governo, junto com os técnicos do Executivo, apresentaram um substitutivo que reconhece a possibilidade de reaproveitamento e reutilização das edificações verticais da região central para a população de baixa renda, se associando ao reaproveitamento dos 150 mil metros de um terreno em Itaquera. E o Governo aqui nesta Casa, a partir da Liderança do Vereador Tatto, trouxe para este processo a cópia, ou uma grande similaridade a outro texto aprovado na mesma época que estamos, no ano passado, e sancionado pelo Prefeito no começo de agosto do ano passado, um texto que permitiu que 420 mil metros, não em Itaquera e sim no Ipiranga, não conduzido o debate pelo MTST e sim pelo

MSTI, o aproveitamento de 420 mil metros de ZPI para empreendimento habitacional de interesse social.

A junção desses dois processos permitiu não só a coleta de assinaturas, como a apresentação do substitutivo, como essa audiência pública e o texto perseguiu cada detalhe que foi construído junto ao movimento popular de moradia, que legitima não só a oportunidade, como a conquista de um terreno precioso, naquele momento 420 mil metros quadrados da Petrobrás, que já estava em intensa negociação para empreendimentos para alta renda por conta da distância que se tem aquele terreno da região central e dotado de infraestrutura, que é por conta do Expresso Tiradentes, conseguir realizar o deslocamento das pessoas que habitarão, das 6.200 famílias que habitarão o Terra Prometida para a região central em menos de 15 minutos.

O que acabou de se apresentar é um substitutivo que dá àqueles 150 mil metros condições similares ao do MSTI, Ipiranga, Petrobrás. Lá, próximo de 6.200 unidades, esse terreno em Itaquera, próximo de quatro mil unidades, 3.800 unidades. O que é importante fixar tanto no debate como na aprovação não se aceitou nenhuma fixação direta no texto da lei da demanda que não fosse aquela demanda reconhecida pelo Poder Público. No caso do terreno no Ipiranga para o Programa de Urbanização do Heliópolis, tanto seu desadensamento, como para qualificação daquele entorno. No caso do substitutivo apresentado nesse processo a mesma coisa, fica garantido que empreendimento habitacional de interesse social exclusivo para faixa um, portanto, de zero a três salários mínimos, será lá garantido, mas legitimando que de fato a Copa do Povo pertence ao povo e, portanto, pertence a todos aqueles que necessitam de habitação e não a um grupo restrito, que por algum motivo consegue uma relação com o Governo Federal e com outros, que a maior parte dos movimento ainda não tem, mas garante sim que a todos tenham condição de apresentar suas demanda, mas edificar de maneira forte a responsabilidade de conduzir movimentos populares, dizendo a eles o que é possível dentro das regras. Falo isso porque estamos próximos de um desfecho, podemos

aprovar como rejeitar uma tese já aplicada. Hoje o terreno da Petrobrás já conta com o compromisso do governo federal de aporte de mais de 370 milhões de reais e, portanto, permite um avanço consistente, sem reserva de mercado para qualquer um dos movimentos, mas sim um diálogo forte e responsável com a população do distrito do Sacomã, portanto, de todos aqueles que estão na fila há muito tempo esperando a sua oportunidade.

Para cumprir de maneira objetiva o nosso rito regimental, não vou me alongar. Depois do debate sobre o tema, iniciaremos os debates em cima dos substitutivos e emendas, que foram oferecidas ao Plano Diretor e que consolidam o processo democrático, participativo e transparente que tivemos até agora.

Tem a palavra o Vereador Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE – O tema tem sido tratado com muito carinho. Esse é um assunto de conhecimento da Casa e quero cumprimentá-lo, Sr. Presidente, pelo debate que propõe do retrofit. Temos de utilizar o que temos já instalado. Eu não poderia deixar de cumprimentar o Vereador Ricardo Nunes que está aqui conosco, que não é da Comissão de Política Urbana, mas está aqui presente sempre, Vereador Nelo Rodolfo, Vereadora Juliana, Alfredinho e todos os demais. Precisamos achar solução para isso, o tempo corre para o desfecho neste fim de semana ou na próxima.

O SR. RICARDO NUNES – Gostaria de dar um testemunho. Estamos em 55 Vereadores e é muito claro o que o Police Neto passou nesses dias todos. Precisamos ser justos, vim da periferia da zona Sul e sei da importância da questão habitacional.

Acabamos sendo injustos com o Police por conta do seu jeito técnico de falar, mas é porque estuda muito o processo. Quando entrei aqui eu tinha um sonho de fazer um projeto de regularização fundiária de habitação de interesse social. Quando eu cheguei e fui apresentar o projeto já estava pronto e esse projeto que virou lei era do Police Neto.

A lei que tem em São Paulo hoje que faz a regularização fundiária de habitação de

interesse social é do Police Neto. O Police tem um trabalho muito grande, não tenho amizade com ele, não morro de amores por ele, não é do meu partido, mas precisamos ser justos, ele sempre fez na Casa um trabalho voltado à questão da habitação de interesse social e tem uma ligação muito forte com o movimento de moradia, que é do Ipiranga, só para rompermos com essa coisa de achar que o Police seja inimigo da questão da moradia popular. Isso não é verdade, ele luta por isso, tem as suas posições, as suas colocações do Plano Diretor. Justiça é justiça, o que é certo é certo. É um dos Vereadores que mais trabalha para a questão da regularização fundiária nas áreas de habitação de interesse social. A lei de sua autoria é a 15.720/13 e vamos usá-la muito para fazer a regularização fundiária.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço ao líder, a lei é a 15.720 e já agradeço de antemão aos técnicos da Secretaria de Habitação que tanto colaboraram para a sua realização. Fomos além, porque com sua ajuda, Vereador Ricardo, conseguimos criar uma coordenadoria de regularização fundiária de habitação de interesse social, na Secretaria de Habitação. Hoje não temos só a lei, mas conseguimos aprovar a emenda à reforma administrativa do Haddad e a reforma não previa uma coordenadoria e hoje o município a possui. A lei é nova e traz o usucapião administrativo e, portanto, acelera processos que por vezes na Justiça levam 20 ou 30 anos para que o respeito à população seja atendido. População que por seu próprio esforço comprou áreas em São Paulo, parcelou, edificou e muitas vezes não conseguem ter aquilo que é definitivo, que é o título que dá a propriedade do que é seu há muito tempo. Agradeço muito as suas palavras.

O SR. HERBERT SUIT - Agradeço o convite para estar aqui hoje e poder fazer a discussão desse PL. Não vou falar muito porque temos de ouvir a opinião de quem está aqui e quer discutir essa questão. Do ponto de vista do Executivo a questão do retrofit é essencial, faz parte de uma estratégia de requalificação do centro. Temos de criar regras que estimulem a reocupação do centro, não mais com lojas no térreo e prédio abandonados em cima, temos que ocupar o centro com moradia, outros usos. A estratégia é deixar isso de maneira mais

aprofundada para o zoneamento. Em relação às emendas que tiveram, entendemos que reconhecer os problemas da cidade é buscar soluções que façam frente aos dilemas que vivemos hoje e isso é fundamental.

Então, o Executivo endossa o seu apoio na tentativa de buscar soluções para as questões da Cidade. O desafio vai ser a implementação da lei, mas o importante agora é ouvir os presentes.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra a Sra. Juçara, do MTST.

A SRA. JUÇARA – Boa tarde a todos. Realmente, foi uma surpresa muito grande uma lei tão bem pensada e que atende a expectativas de muitos populares que procuram moradia digna. Porém, foi uma surpresa maior ainda saber de uma lei que deveria estar tratando de HIS em áreas de ZPI citar também a questão da destinação da demanda dessa área. Não há outra coisa a pedir senão que seja suprimido o parágrafo quarto, do artigo 13, que não atende as expectativas dos movimentos que vão fazer a habitação via entidades, como Minha Casa, Minha Vida. A questão da demanda deve ser destinada ao Minha Casa, Minha Vida e não a uma lei como essa.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra a Sra. Maria, do MTST.

A SRA. MARIA – Boa tarde a todos. Complementando a fala da companheira Juçara, a lei 209 está muito bem elaborada, porém, enquanto movimento popular, questiono que essa lei era para falar um pouco de gabarito, coeficiente, mas não de fato da demanda porque nessa questão quem pode ter algum tipo de questionamento nesse parágrafo de que o próprio movimento em si, a demanda é cadastrada pela Seab, mas não está contemplando com relação à demanda. Essa lei não é para se discutir a questão de demanda. Nessa lei possivelmente se excluirá os movimentos sociais que lutam e que ocupam terra como o seu direito.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o Sr. Guilherme Boulos.

O SR. GUILHERME BOULOS – Boa tarde a todos. Buscando no sentido do que

disseram as duas companheiras anteriormente, primeiramente, queremos saudar a iniciativa do Vereador Police Neto em se dispor a aceitar como substitutivo no seu projeto de lei, o tratamento daquela ZPI em Itaquera, onde é a ocupação Copa do Povo.

Queríamos, ao mesmo tempo também, colocar a reflexão de que, hoje, o programa Minha Casa Minha Vida, que é o que viabiliza a habitação no País todo, tem duas modalidades: a modalidade FAR, onde a demanda é definida pela Secretaria de Habitação dos Municípios – onde achamos correto que seja feito -, e a outra, a modalidade FBS, que sempre houve e, historicamente, desde os mutirões, desde a década de 80 – e isso foi contemplado pela FBS, que é o Minha Casa Minha Vida Entidades -, na medida em o projeto coloca – como está apresentando – a restrição da demanda ao cadastro da Sehab, está restringindo o empreendimento a uma única modalidade.

Não achamos que isso seja cabível, nem que isso seja do escopo desse projeto, por isso, fazemos um apelo ao Vereador José Police Neto, que acho ter tido a boa intenção, o bom-senso, a compreensão, ao elaborar isso e uma disposição generosa de acordo para que pudéssemos construir uma alteração nesse artigo. Poderia ser colocada duas opções.

Queremos deixar muito claro: não queremos fular fila. E se a preocupação do Vereador José Police Neto em colocar esse artigo, consideramos essa preocupação legítima. Não é isso que desejamos. Queremos que seja resguardada a possibilidade de se fazer pela modalidade entidades.

Então poderíamos fazer um complemento nesse referido parágrafo quatro, onde se diga: “que se for via FAR que se siga o cadastro da Sehab, respeitando a legislação”. Não temos problema algum com isso e não estamos aqui para cometer ilegalidade. Mas, também abrindo a possibilidade de que seja via FBS pelo Minha Casa Minha Vida Entidades, onde a demanda pode ser legítima e legalmente indicada por uma entidade habilitada no Ministério das Cidades. Assim, esse projeto não entraria numa seara a ser discutida posteriormente.

Esse é um apelo que fazemos ao Vereador José Police Neto, autor do projeto e a

todos os Vereadores, bem como a todos os companheiros presentes. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - PSD) – Quero agradecer seu pronunciamento, mas também a solicitação de reflexão e a oferta trazida pelo Guilherme.

O último inscrito é o Maxwell do MSTI.

O SR. MAXWELL – Boa tarde, companheiro de luta. É uma satisfação estar aqui, convidado para participar dessa comissão.

Vimos ultimamente o que está acontecendo, pela televisão, principalmente sobre o que aconteceu com o referido Vereador, o qual foi exposto, mas, automaticamente, como o Guilherme acabou de colocar, ele mesmo está agradecendo e reconhecendo o trabalho que o movimento de vocês está fazendo pela Cidade.

E também, gostaríamos de pegar como exemplo o trabalho que fizemos dentro dessa Casa, qual seja, de mobilização social coordenado pelo Movimento Sem Teto do Ipiranga, com o qual ficamos, praticamente um ano, vindo a essa Casa todas as quartas-feiras, para predir aprovação do nosso projeto lá no Ipiranga, no que tange ao terreno de 420 mil metros quadrados, área da Petrobrás, que nunca teve função social. Está lá desde a época do descobrimento do Brasil e nunca foi colocado nada naquele terreno.

Somos uma das maiores comunidades da cidade de São Paulo: a Heliópolis. Vendo aquela área descoupada, vazia, ao invés, de adentrarmos a área, criar uma lide na cidade de São Paulo e também uma nova comunidade. Se entrássemos lá, poderiam entrar outras tantas que já têm moradia. Essa foi a nossa preocupação: se entramos no terreno da Petrobrás, entraria outras pessoas que já possuem moradia e se aproveitariam da situação. Pensam assim: “Ah já está invadido”, ele entra mesmo tendo moradia e cria uma falsa expectativa.

Resolvemos procurar os poderes públicos, a Prefeitura de São Paulo – que procuramos também na gestão passada – e a própria Petrobrás. Fomos para Brasília, fomos para o Rio de Janeiro. Acampamos várias vezes à porta da Petrobrás, aqui na avenida Paulista. E depois de tudo isso encontramos o Vereador comprometido com a cidade de São

Paulo. Um Vereador que nos ouviu. Dos 55 Srs. Vereadores um ouviu o movimento e criou uma proposta de lei que atendia às necessidades da nossa região.

A lei foi sancionada em agosto. Vai completar um ano. Estamos passando por laudos de contaminação para ver se podemos, dentro da lei, com trâmite tudo certinho, construir as tão sonhadas moradias para as famílias que vivem ali em Heliópolis, moram na região, e que vão participar dos critérios estabelecidos pela lei. Assim, conseguiremos alcançar nosso objetivo.

Participamos de todo um processo. Quando vimos tudo isso – mostrado pela televisão – ou seja, o MSTI de forma legítima, vir a essa Casa, pedir a aprovação e o apoio dos Parlamentares e a fim de se chegar ao objetivo comum, ficamos felizes. Ao mesmo tempo, porém, ficamos preocupados, pois o Vereador José Police Neto não deixa de participar de nenhuma reunião nossa lá do Ipiranga. Temos 12 mil famílias cadastradas no nosso movimento. E ele não deixou de participar de nenhuma reunião. Todas as reuniões que temos, e acontecem uma vez por mês – aos domingos – na Escola de Samba Imperador do Ipiranga, ele vai em todas.

Então, com isso, nosso telefone não parou. Temos cinco números, não pararam de tocar. As pessoas queriam saber o que estava acontecendo com o Vereador José Police Neto. Queriam saber se as informações colocadas na mídia eram verdadeiras. Se era o Vereador das empreiteiras. Por isso, ficamos preocupados. Daí, viemos aqui e quero deixar claro de novo: o MSTI apoia a atitude do Vereador José Police Neto.

E como ele foi Presidente da Câmara, ele nos ajudou a abrir as portas da Casa para discutirmos o Plano Municipal de Habitação, bem como o Plano Diretor. Fui conselheiro municipal da cidade de São Paulo gestão 2009-2011. Fui reeleito conselheiro agora, juntamente com os companheiros do Mohab.

Estamos juntos para defender o povo onde o povo estiver. Mas devo repetir que tivemos uma grande preocupação quando foi discutida essa questão da lei.

Somos solidários ao MTST, que está dentro da sua mobilização. Quero falar Movimento Sem Teto do Ipiranga vai estar vindo a essa Casa nessa próxima semana que, provavelmente, terá a discussão do Plano Diretor. Somos solidário à luta, à mobilização social e à conquista dentro do direito comum para todos.

É isso que eu gostaria de ter falado a todos e também ao nosso Vereador. O MSTI, juntamente com os companheiros do Mohab está solidários, mas também estaremos mobilizando nosso povo para estar vindo, com 55 Srs. Vereadores, para aprovarmos essa lei que garantirá moradia para a cidade de São Paulo como um todo.

Obrigado pela participação de todos. Boa tarde e obrigado por terem me ouvido.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto – PSD) – Obrigado, Maxwell, não só pela vinda do dia de hoje, mas todos os dias em que, de verdade, ficamos bastante perplexo com a falta de reflexão de alguns – poucos – mas que nos deixaram realmente perplexos.

Mas a vida é assim: cheia de testes e vamos enfrentando esses testes trabalhando. E isso nos dará oportunidade de ter uma boa lei do Plano e uma boa lei, tanto para aproveitar a da melhor maneira a área da Petrobrás, como a área de Itaquera.

Pergunto se há mais inscritos, pois vou fazer um breve fechamento e, assim, abrir a segunda fase. (Pausa) Posso fazer o fechamento?

Tentarei, na fala e na proposta do Guilherme, mostrar o esforço que faremos, de agora até o processo de votação do projeto.

Sem dúvida nenhuma, o esforço que a Casa tem de ter é de sempre oferecer as melhores áreas e as melhores condições para se garantir direito à Cidade, além de utilizar a função social da propriedade para forçar a todos os proprietários a não realizar nenhuma retenção especulativa. Essa é a questão definitiva.

Por isso, a lei que estabelece a função social da propriedade urbana é de minha autoria. Por isso, a regularização fundiária de interesse social é de minha autoria. E também

por isso, o departamento de controle da função social da propriedade na Secretaria de Desenvolvimento Urbano é de minha autoria. E ainda é por isso que a Coordenadoria de Regularização Fundiária de Interesse Social é emenda de minha autoria. Portanto, confirma a relação que tenho com a luta pela cidade justa.

E, Guilherme, acho justa a demanda que você traz. Acho que é possível para os dois lados. É possível para todos os movimentos terem os mesmos direitos. Da mesma forma que é possível a todas as famílias ingressarem em um cadastro único.

Se temos programas que são diferentes, a todos eles temos de dar todas as condições.

Então o compromisso que desejo assumir com todos vocês é que não pouparemos esforços para chegar a um bom texto, que garanta a todos – a todos, seja individualmente ao se inscrever no cadastro, ou seja individualmente a recorrer a um dos movimentos – o mesmo direito, qual seja, o direito à moradia digna e o direito a se expressar e buscar a sua oportunidade de residência, ou pela luta, ou pela expectativa daquele que se elege - portanto, Prefeitos, Governadores, Presidentes - conseguir cumprir a política habitacional e fazendo tudo isso chegar.

Acho que os dois campos têm de ser, assim, respeitados. Não vamos deixar de poupar esforços para que ainda no dia de hoje cheguemos a algo com essa dimensão, com responsabilidade. Tudo bem?

Quero concluir essa primeira fase e suspender os trabalhos, na realidade, quero declarar encerrada a audiência pública do PL 209/11.

Agradeço aos quatro inscritos que se manifestaram: à Jussara, à Maria – obrigado às duas -, obrigado ao Guilherme Boulos e ao Maxwell. Agradeço também ao Weber e ao Vereador Ricardo Nunes que se manifestou.

Termino agradecendo à Maria Eduarda, pois foi ela quem iniciou nossa audiência pública. Foi ela que trouxe para nós o desenho da casa que ela deseja ter. Ela não tem cinco

anos.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto – PSD) – Ela tem três anos e veio trazer para nós, desenhadinha, a casa que deseja ter. Termina, portanto, com um carinho à Maria Eduarda que veio trazer o sonho dela para nós: o sonho de uma cidade justa, de uma cidade que gere as mesmas oportunidades para todos.

Assim, encerro a primeira parte dessa audiência pública, suspendendo nossos trabalhos por cinco minutos, daí começando a segunda parte, quando discutiremos as emendas apresentadas ao Plano Diretor, aos substitutivos. Para isso, precisamos abrir a sessão plenária, suspendê-la e, daí, nessa sala, continuarmos o debate do Plano Diretor, especificamente no que tange emendas e substitutivos.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Paulo Frange.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange – PTB) – Reabertos os trabalhos da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e do Meio Ambiente. Essa é a 22ª audiência pública para discutir o PL 209/11 que institui o Plano Diretor para readequação e reaproveitamento de edificações verticais e de interesse social no Município de São Paulo e dá outras providências.

Estamos também tratando das emendas ao Plano Diretor Estratégico, publicadas no *Diário Oficial* no dia de hoje.

Aqui, ao lado, teremos alguém para receber as inscrições para quem quiser se inscrever. Tem a palavra o nobre Vereador Nabil Bonduki, relator, para fazer as suas considerações.

O SR. NABIL BONDUKI – Dando sequência a essa audiência pública, já foi tratado, antes de haver a suspensão, o assunto do PL 209/11, que trata do Retrofit. Também foi incorporada a questão da alteração das condições e dos parâmetros urbanísticos do terreno de Itaquera, conhecido como Copa do Povo. Esse assunto já foi tratado na primeira parte da

audiência. Agora basicamente vou falar sobre as emenda. Eu obviamente não vou ter condições de falar sobre todas elas. que são muitas. Perderíamos muito tempo se fizéssemos isso. Em primeiro lugar, ressalto que foram entregues 117 emendas, por parte de vários Vereadores e várias bancadas, que vão tratar de vários temas dentro do assunto Plano Diretor. Essas emendas foram publicadas no *Diário Oficial da Cidade* de hoje.

A Câmara, no Plano Diretor, tem sido exemplar em relação a esse aspecto. É muito raro emendas protocoladas em plenário serem publicadas e depois debatidas, submetidas a audiências públicas. É muito raro acontecer. Eu nunca vi isso, porque simplesmente se vota o projeto e são lidas, no próprio plenário, as emendas e votam. Aqui, ao contrário, está se dando ampla publicidade às emendas e aos substitutivos. É importante dizermos que foram protocolados quatro substitutivos durante o período de discussão. O substitutivo apresentado pela Comissão de Política Urbana, na qual eu fui o relator, foi protocolado no dia 16 e publicado no dia 17, há dez dias.

Ontem, durante o processo de debate, de discussão do Plano Diretor, foram protocoladas mais três substitutivos, substitutivo do Vereador José Police Neto, substitutivo do Vereador Natalini e substitutivo da bancada do PSDB. Então, tivemos esses documentos todos, os quais foram dados à devida publicidade. Estamos aqui no processo de debate sobre eles. Todos os Vereadores autores estão podendo analisar as emendas. S.Exas. têm me procurado para saber o encaminhamento. Haverá um entendimento entre os Vereadores, para serem definidas quais emendas eventualmente deverão ser aceitas ou não.

Em função de uma recomendação do Ministério Público, destaco que não deverão ser acatadas emendas que vão de encontro ao espírito básico do Plano Diretor e do debate que foi feito. Sabemos que existem debates e polêmicas, mas assuntos que não são do Plano Diretor não serão aceitos, até porque teremos outras oportunidades de discutir assuntos como zoneamento e outras questões que são tratadas em outras leis específicas, não no momento de se discutir o Plano Diretor. Não serão aceitas as emendas que também contrariam o espírito

geral do Plano Diretor e assuntos que ficarão à margem das discussões; agora mudanças que estão dentro dos aspectos que foram debatidos, ao longo de todo esse período, que podem se referir a emendas, poderão ser eventualmente acatadas. Obviamente não são emendas que estão sendo colocadas. É regimental que sejam colocadas durante a discussão. Aliás, é possível que elas sejam colocadas durante a discussão, aliás, elas são colocadas durante a discussão.

Então é isso que eu queria colocar como esclarecimento geral. Acho que depois os Vereadores que estão presentes e que apresentaram emendas, apresentaram propostas, se quiserem utilizar a palavra para defender as suas emendas seria muito positivo, até porque acho que esse é o momento da Câmara debate esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o nobre Vereador José Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Deixe aqui eu cumprimentar o Presidente, cumprimentar o Relator, os demais Vereadores, todos vocês. Acho que a gente está num dos momentos mais importantes, que é a finalização e acho que esse é um momento de muita tolerância, esse é um momento de muita tranquilidade e esse é o momento da gente tentar extrair desta última oferta que foi feita pelos Parlamentares o que de bom tem para encaixar no texto da lei.

Eu vou aqui apresentar rapidamente as últimas teses que o nosso mandato construiu. Em 2005 a gente teve oportunidade de aprovar nesta Casa toda uma modelagem de indicador de desempenho de serviços públicos para a cidade de São Paulo. É verdade que isso ainda engatinha, a Secretaria de Administração no período Serra-Kassab, a atual Secretaria de Planejamento, responsáveis por isso, não deram conta de traduzir em verdade um conjunto de indicadores e desempenho dos serviços que são ofertados para a sociedade.

A gente trouxe esse dispositivo para o Plano Diretor, e apresentamos um conjunto de indicadores para que o plano pudesse ter um monitoramento e ele passa pelas diversas

áreas que o plano interage com a cidade. Então essa é uma defesa muito consiste que a gente quer fazer de algo que importa para a cidade que ao longo dos três mandatos, além do final deste que estamos, que o Plano Diretor deve ser monitorado e a gente deve oferecer para a cidade cada um dos avanços que são construídos a partir desses indicadores. Isto é, tornar uma lei muito complexa em informações mais precisas, mais fáceis, que toda população possa entender. Se tem concretude em toda uma lei que diz como a cidade deve ser e aí você passa a ter um monitoramento com exposições semestrais, mas com resultados mensais para a sociedade e exposições a cada semestre.

Por outro lado nós nos dedicamos e tem duas emendas apresentadas para isso, ao tema das zonas estritamente residenciais. Então fizemos questão de produzirmos dois textos, um que para a gente nos parece fundamental, que é permitir o bom debate quando da revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo, ocasião poderosa para que ajustes necessários ocorram, tanto daqueles que por ventura acreditem que aquela zona estritamente residencial deva ter mais restrições, como para aqueles que acreditam que neste momento, frente à nova realidade da cidade, você precisa de um ajuste de flexibilização sim, e não é pecado fazer isso, é do debate democrático.

Por outro lado, também apresentamos uma emenda que vai muito na orientação que o próprio Relator nos trouxe. O relatório apresentado em primeira fase e mantido em segunda, apresenta para a cidade inteira até a aprovação da Lei de Uso e Ocupação do Solo, todas as vias locais de zonas mistas, todas as vias locais de zonas mistas, poderão ter as atividades econômicas que hoje só são permitidas nas vias coletoras. O que a gente está fazendo com isso, radicalizando o conceito de uma cidade de uso misto, porque estou pegando o tipo de atividade que era para uma via coletora. Então a gente está pegando tudo aquilo que até então só podia na via coletora e levando para via local. A gente está intensificando a leitura de uma cidade mista e o que a gente está dizendo é que para as coletoras em ZCLz, então para as coletoras em zonas de centralidade linear, eu preciso deixar que a coletora seja

coletora, porque se estou dando para a mista coletora não faz nenhum sentido que a coletora de ZCLz não tenha aquilo que hoje é permitido para a própria coletora. Se eu dou um passo frente a isso, eu tenho que dar um prazo porque se não a gente faz com que a cidade seja desigual para aquele que é igual, que é essa questão de comando da atividade econômica associada à moradia, que é fazer com que a cidade seja eficiente, é fazer com que as regiões dotadas de infraestrutura tenham de fato uma relação direta entre o seu morador e aquilo que ele consome, seja de produtos, seja de serviços. Acho que essa é a questão que deve nos mover, buscar a eficiência e a efetividade e a eficácia da cidade.

De um lado se conseguiu, as zonas mistas, as ruas locais passaram a ser coletoras, mas nas ZCL não. Portanto, você mantém padrão para coletora de local e o que a gente está dizendo é que a gente precisa ser coerente só, a gente não precisa ameaçar nada da leitura que nos trouxe até aqui, mas temos que manter uma coerência.

Foram esses dois temas que a gente quis abordar na questão da orientação que o plano dá para o processo revisional que a gente vai realizar da Lei de Uso e Ocupação do Solo. Então estou dizendo que de um lado preciso garantir sim, de maneira clara, o debate republicano e democrático das ZERs e, por outro, tenho que permitir neste intervalo, isonomia naquilo que essa cidade mista que se revela de maneira intensa nas zonas mistas, mas que tem uma modulação respeitosa nas zonas estritamente residenciais, porque essa é uma obrigação.

Nós também apresentamos, por outro lado, uma última releitura da função social da propriedade. Como a Lei da Função Social da Propriedade nasceu no nosso mandato, nós estamos fazendo o último esforço de redação, adequando a redação não só à lógica que pretendemos, mas dando ao Executivo a capacidade e a força de fazer com que a lei seja cumprida. Qual a nossa maior preocupação? Que ao não deixar obrigações ao Executivo no próprio texto da lei, como a inscrição e matrícula, como em 30 dias após a aprovação a notificação de todos aqueles que estão nessa área de abrangência, portanto, em todas as

áreas todos terão que ser notificados. Para a gente entender o que é isso. A função social da propriedade inverte a lógica da prova, eu não tenho que provar que a área do Cabrabom cumpre função, não sou eu, setor público, é ele que vai ter que provar para o setor público que a área dele cumpre a função social. E ao inverter a lógica o que a gente quer é que todos provem para que aqueles que não consigam a prova assim deem início ao processo objetivo de trazer para dentro da cidade as áreas que o retentor especulativo esconde e, portanto, faz com que o solo urbano fique mais caro a cada dia, limitando muito desses terrenos a oferta, em especial para a população de baixa renda.

Então para a gente o que preocupa muito é quando essas regras não são claras o Executivo vai exercê-las do modo que quiser. Eu posso compreender que hoje o Prefeito Haddad quer, mas pode ser que o sucessor dele não queira. E aqui estamos falando do único instrumento que está dentro desse plano que pode fazer com que a terra urbana fique mais barata, porque todos os outros traduzem o solo urbano mais caro. Vamos lá, a outorga onerosa deixa mais caro, deixa, porque cobra-se mais para levar estrutura para quem mais precisa, é bom, mas deixa mais caro. Porque muitas vezes a gente fala o seguinte: fica mais caro, mas fica ruim, não, fica mais caro, mas fica bom porque eu extraio de quem pode pagar e levo para aquele que ainda não tem estrutura. A cota é boa? A cota é ótima, mas também torna o imóvel na cidade mais caro. Mas é ruim ter a cota? Não, é bom ter a cota, mas fica mais caro também. Então todos os instrumentos, mesmo conseguindo cumprir a sua função, todos eles fazem com que o solo na cidade de São Paulo depois da aprovação fique mais caro. Se ele fica mais caro, ele fica mais distante o acesso do cidadão. O cidadão que não conseguia comprar hoje, se tudo que está no plano, tornar o solo mais caro, vai ficar mais distante da compra. Se hoje custa dez e amanhã vai custar 15, vai estar mais distante ou alguém vai ter aumento de 50% nos seus proventos, nos seus salários depois da aprovação do plano? Então o solo urbano vai ficar mais caro e a população vai ficar mais distante. Portanto, se é mais distante a população mais pobre e a cidade mais cara. Isso é o que a gente não quer. Por isso que as regras claras

para função social da propriedade é o único instrumento que pode fazer com amplie a oferta de terra na cidade, ou imóvel, porque a gente está trabalhando com o conceito do imóvel abandonado também, portanto, da construção abandonada. Porque se tudo isso vai ao mercado você tem uma tendência natural de redução de preço. Esse é o único instrumento que está no plano que pode reduzir o preço, porque todos os outros vão aumentar. Essa é uma outra questão que me parece fundamental o nosso avanço.

Uma outra questão que a gente abordou e nos preocupou e não deixamos de debater isso com o Relator, tivemos oportunidade inclusive de falar isso com o Prefeito, a regra que estabeleceu o prazo para operações urbanas no nosso Plano Diretor me traz uma preocupação gigantesca. Nunca, nunca, a Câmara conseguiu estabelecer para o Executivo prazos que o Executivo cumprisse. Então todas as operações urbanas que foram projetadas em lei não cumpriram sem prazo. Portanto, não realizaram a transformação que contaram para a população. Estamos dizendo que todas as vezes que a gente escreve que a gente vai fazer uma operação urbana até tal ano, isso nunca acontece. Mas nunca acontece é de que a lógica muitas vezes é de que para desenhar um novo espaço urbano leva-se tempo e hoje leva-se mais tempo, graças a Deus, por conta da participação da sociedade nesse debate democrático.

Por que estou falando isso? De maneira muito objetiva, porque o plano traz, se não me engano, em dois ou três anos, que todas as operações urbanas estarão prontas. Eu vou falar com convicção, o Executivo não vai conseguir fazer isso e, portanto, a lei vai ser descumprida. Mas como não tem punição nenhuma está tudo bem.

O plano chegou a esta Casa com uma orientação clara: nós temos que aproveitar a infraestrutura instalada, em especial os eixos de carregamento de transporte público coletivo. Isso foi para a cidade inteira. O Relator sabiamente retirou este adensamento dos corredores que estão sobrepostos por áreas que você pode ter um melhor desenho urbano, porque quando você só intensifica o uso nos corredores, quem desenha a cidade é o empreendedor imobiliário. Quando você faz a operação urbana ou utiliza outros instrumentos do Estatuto da

Cidade e do plano, o projeto passa a ser público e, é lógico, nos importa ter projetos públicos onde a infraestrutura está dotada para receber mais gente ou mais emprego, ou mais moradia ou mais emprego e as operações urbanas assim são montadas, para você ter maior valia do solo não para o empreendedor ficar mais rico, mas para a cidade ter um valor maior e, portanto, captarmos com isso, e a cidade melhorar o seu desenho, realizar investimento, inclusive nas áreas sociais porque o plano deixa claro que dão o recurso extraído de Cepacs nas operações urbanas, parte do recurso vai para as áreas sociais, habitação, compra de terrenos e esses avanços são muito consistentes.

Então se é verdade que muitas vezes a operação urbana não acontece, o proprietário sabendo disso se esforça para realizar algo independente da lei dizer que daqui a algum tempo aquele aproveitamento pode ser melhor para ele e para a Cidade. Apresentamos uma lógica que se todo eixo de carregamento tem quatro de coeficiente de aproveitamento, fizemos uma escala até o final de 2015, até o final de 2016, até o final de 2017 e até o final de 2018 as quatro operações ou as quatro áreas que estão oferecidas para transformação estarão obrigadas a entrar em vigor, caso contrário aquele eixo que já foi traçado pelo Prefeito e submetido a esta Casa passa a ter este coeficiente.

E por que isso? Porque se eu digo que daqui a um, dois, três ou quatro anos teremos um desenho para aquele território o proprietário não investe hoje. Faz aquilo que o Poder Público não quer, porque o maior problema é desenvolver uma operação urbana que está anunciada no plano, que se leva tempo para desenvolver e quando chega lá todo o solo já está esgotado. O empreendedor não esperou a orientação pública. Ele foi lá e fez o que queria e perdemos um efeito poderoso que é o de organizar territórios.

Então oferecemos uma fórmula que respeita o projeto original do Prefeito, respeito o esforço do legislador que inovou, mas cria um antídoto para quem vai esgotar o território, vai esgotar o seu lote, a sua gleba para o seu benefício próprio não acreditando que o Poder Público tem condições de fato, a cada ano, ter um desenho para cada um desses territórios

que estão apontados como aqueles que vão ter a grande transformação na Cidade.

Quais são eles: o Eixo Tamanduateí, que é antiga Mooca, Vila Carioca; o Arco Tietê; Arco Pinheiros e o Arco Jurubatuba. Esses quatro grandes módulos que estão aí concebidos, mas estamos falando disso para segurar o proprietário da terra que muitas vezes faz o que quer não imaginando que uma orientação pública pode ser muito melhor, inclusive, para a rentabilidade do investimento que ele vai fazer, portanto, aproximando mais o agente privado das orientações públicas de cidade justa, sustentável, eficiente.

Então, Sr. Presidente, Vereador Paulo Frange, esses foram os principais temas que quisemos trazer porque alguns avançaram muito da primeira para a segunda proposta. Debates muito com o Professor Heuler os eixos e a forma com que a cultura se materializava, e que a paisagem e a cultura se materializavam no texto. Portanto, esse avanço que tinha emenda na primeira fase passou a não ter na segunda. Então há tanto os avanços que foram construídos da primeira para a segunda fase que queremos fixar nestas áreas, e vou finalizar com a nossa última oferta que me parece segue a lógica do debate feito com o MST e MTST, que é nas inovações de ZEIS, todas as novas ZEIS, para o período entre a aprovação desse plano e a nova lei de uso e ocupação do solo, nós restringiríamos a expansão ou a aplicação nos territórios à faixa um, porque é essa que mais se precisa.

Portanto, se a lógica para a Cidade é realizar de maneira muito intensa um grande investimento, por isso o Prefeito anunciou 20 mil reais para cada uma das unidades. O Governo do Estado também anunciou, o Governo Federal aumentou o valor que é o subsídio trazido para cada um dos municípios, em especial em regiões metropolitanas. Há um debate, inclusive, de ampliação disso para que possa ser também para reforma de imóveis como o projeto do retrofit. E o que isso está dizendo? Para o período de aprovação dessa lei até a aprovação da nova lei de uso e ocupação de solo, todas as novas ZEIS, porque as velhas ZEIS já podem ter projetos ali em debate, mas para as novas que não tem deixaríamos exclusivo o faixa um do Minha Casa Minha Vida, atendendo a maior pressão: as famílias que não tem

renda superior a três salários mínimos, que é onde temos o maior nó. E deixando, sem dúvida nenhuma, que o mercado para aquilo que está acima dialogue tanto com entidades do Minha Casa Minha Vida, como a sua relação comercial, quando apresenta o Minha Casa Minha Vida realizado pelas construtoras.

Então esse foi um dos temas que a gente reconheceu que ao longo do debate era necessário, lembrando que encaminhamos paralelamente um projeto para a região central. Infelizmente o nosso debate ficou frustrado para a região central. Não conseguimos dar grandes avanços na lei da Operação Urbana Centro, a gente não tinha avançado até ontem na questão do retrofit porque ele cabe essencialmente para a região central. E o que estamos empurrando é dizer o seguinte: o Centro, incluindo um pedaço do Pari, senão inteiro, que pega essa grande área da região central, que tem um potencial para moradia de média e baixa renda muito grande, porque o emprego e a estrutura já estão aqui, respeitando a lógica da Cidade e dando eficiência a ela, mas sem os incentivos urbanísticos para isso dificilmente a gente resgata uma porção gigantesca de metros quadrados já construídos aqui no Centro.

Então foram essas as emendas que apresentamos, foi essa a linha do debate que fizemos tratando de ZER, e aqui falei das duas emendas de ZER. Tratando de ZEIS, tratando esse conjunto de onde a Cidade precisa ser mais estudada em outras leis nas operações urbanas, mas deixando claro esse nosso esforço também de ter um monitoramento muito objetivo do plano que importa a todo mundo, porque é uma lei para os nossos próximos 15, 16 anos.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereador Police. Apenas um comentário, Vereador Nabil Bonduki, na mesma linha que o Vereador Police Neto está apresentando, aqui busco participar da discussão da operação urbana Água Branca. E o grande debate lá foi a grande desconfiança de todos e a certeza de todos que nunca, nenhuma operação urbana na cidade de São Paulo cumpriu com a obrigação de fazer habitação de

interesse social. Mesmo as que estavam em leis e determinaram até o local para construir.

Na Operação Urbana Água Branca colocamos 25% da operação em conta específica e só pode ser utilizado para construção de habitação de interesse social. Vereador Nabil, nessa mesma linha apresentamos uma emenda que já está com V.Exa., em que as próximas operações urbanas, daqui para frente, todas deverão ter a obrigatoriedade da existência de uma conta específica para os 25% de habitação de interesse social. Senão cada operação urbana vai ser um parto, imaginem quando discutirmos Jurubatuba.

Então temos de discutir e prever isso em lei agora. Essa emenda que apresentei propondo que em todas as operações urbanas daqui para frente conste a obrigatoriedade de ter uma conta específica para recepcionar os recursos destinados à habitação de interesse social é complementar e vai, com certeza, trazer uma tranquilidade para podermos deixar esse plano diretor inscrito estrategicamente para o futuro.

Tem a palavra o Vereador Ricardo Young.

O SR. RICARDO YOUNG – Boa tarde a todos.

Tudo o que eu tinha a dizer a respeito do Plano Diretor e das emendas que propusemos estão consolidadas na minha página no *Facebook*. Se alguém tiver interesse, poderá ver tudo lá, inclusive a minha fala de ontem, que também está transcrita.

Estou usando este momento só para dizer algo que me faz ter muitas esperanças no Plano Diretor. Somos 55 Vereadores e são inúmeros os movimentos na Cidade. Precisamos contemplar o máximo dos interesses legítimos e equilibrar os diversos interesses, muitos deles em conflito.

Quero reiteradamente e novamente elogiar o relator Nabil Bonduki e a Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, que souberam escutar a população e os vereadores e criar condições de debate para que tivéssemos realmente, talvez, um dos processos legislativos mais ricos e democráticos que a Cidade teve até aqui.

Dentro do que foquei, entre outras coisas, a minha preocupação – e é muito

importante, porque temos muitos representantes dos movimentos de habitação popular e dos movimentos ambientais na Cidade – foi me concentrar em emendas que pudessem fazer da habitação popular uma moradia digna, em absoluta harmonia com o meio ambiente. Isso de forma que pudéssemos discutir as moradias populares, não como áreas de invasão ou áreas de segunda categoria na Cidade, como sempre foram discutidas, e sim discutir a moradia popular dentro dos princípios mais avançados de construção sustentável e de reabilitação dos serviços ambientais do seu entorno.

Então, fiquei muito satisfeito que na emenda 99, de autoria da relatoria, no seu artigo 368-a, foram incorporados todos os princípios de sustentabilidade, de construção sustentável em Habitação de Interesse Social e de mercado popular, fazendo com que pudéssemos, pela primeira vez, olhar para os programas habitacionais numa perspectiva de dignidade que esses programas nunca tiveram antes. Estamos criando condições de lazer, de meio ambiente saudável, de reabilitação de serviços ambientais, de saneamento, de saúde para essas áreas que estão reservadas para ZEISs 1 e 4 no Plano Diretor.

Então, eu queria fazer esse destaque, porque têm muitas emendas de mérito nesse Plano Diretor e apesar dos muitos problemas que o Plano ainda tem aqui e ali, certamente é o melhor documento que pudemos construir até agora, evitando-se fazer uma colcha de retalhos e sim tecendo um Plano para a Cidade. E um dos itens mais importantes que comprometem a Cidade com o conceito de moradia popular digna em harmonia com o meio ambiente e introduz de forma irreversível o conceito de construção sustentável na Cidade.

Esse é um grande avanço no enorme embate que há entre os movimentos ambientalistas e os movimentos sociais. Muitas vezes, o meio ambiente acaba sendo prejudicado, porque não há quem o represente com a mesma competência que os movimentos sociais se fazem representar, mas acho que o Plano Diretor equilibra isso e faz avançar um princípio que certamente vai tornar a nossa Cidade melhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereador Ricardo Young.

Anuncio a presença do Vereador Marquito, que declinou da palavra. O próximo orador é o Vereador Ricardo Nunes, que tem nos acompanhado sempre nesta comissão. Em seguida, passaremos a palavra aos inscritos.

O SR. RICARDO NUNES – Acho que há quase cem emendas nesse processo todo, e, na última vez, doze. Vou começar a falar da emenda do Vereador Nabil Bonduki, apresentada ontem, que foi bastante interessante. Falo da minha concordância ao artigo 112, que S.Exa. incluiu no inciso 2º, que pode ser doado o terreno, o qual pode ser incorporado. Isso ajuda o empreendedor e a moradia. Então, foram boas as alterações nas suas propostas. Essa emenda aqui fala que empreendimentos acima de 20 mil metros quadrados têm de ceder 10% da área computável para habitação de interesse social, atendendo famílias que ganham até seis salários-mínimos. Achei muito interessantes as suas emendas, nobre Vereador. Já me coloco contrário à posição do Vereador José Police Neto, quanto a uma discussão gigantesca da Casa, com relação à NR-2 em via local. Está mais do que claro que isso tem que ser mantido. O Vereador José Police Neto queria alterar isso. Construimos esse debate aqui há muito tempo. O texto está bom. É necessário haver NR-2 em via local. Isso está mais do que claro.

Há aqui coisas muito fáceis. Por exemplo, há a questão de se suprimir o inciso XI do artigo 88, que fala da questão de se manter a paisagem rural em Parelheiros. Se não tirarmos esse artigo aqui, corremos o risco de não haver hospitais e uma série de coisas.

Há a questão do transporte hidroviário. Hoje de manhã, a TV Câmara fez uma matéria no Jardim Vera Cruz, no Jardim Capela. Uma pessoa da TV Câmara saiu do Horizonte Azul e andou de ônibus. Saindo de lá até Socorro(?), gastou uma hora e vinte minutos. Fizeram o mesmo trajeto de barco. A TV Câmara fez isso. Eu fiz questão de ir junto. Foram gastos doze minutos de barco. Então, a questão do transporte hidroviário é importante para a Cidade. Essa questão vai estar colocada hoje no programa da TV Câmara. Foram lá e fizeram esses dois trajetos, um de ônibus e outro de barco. Vamos ganhar tempo.

Essa minha emenda insere o transporte hidroviário no inciso X do artigo 245 na linha e, e inclui também o transporte hidroviário na implantação de novos corredores, terminais e estações. Isso está no parágrafo 4º. Isso é superimportante e não há nada de polêmico. Só ajuda a Cidade. Isso está mais do que comprovado.

Há aqui uma emenda dos Vereadores Alfredinho e Nelo Rodolfo, um assunto citado pelo Vereador José Police Neto. As áreas de operação urbana vão estar congeladas até essa alteração. Não vai poder se beneficiar o eixo. Há prazos que foram estipulados. Há um longo debate na Casa, e temos uma preocupação. Dado o prazo, o que poderá acontecer? Essa questão poderá se prorrogar por mais seis meses. Não sabemos o que poderá acontecer se não fui o relator, após cumpridos os seis meses. Então, estamos fazendo uma proposta. Se for desrespeitado o prazo, há uma forma de valer os parâmetros urbanísticos do eixo de estruturação em sua formação urbana. Há outra possibilidade. Se mandarem para Casa, e se estiver, em vigor, a implantação da operação urbana, no prazo de seis meses, também passa a valer o eixo; porque senão seria injusto haver uma operação urbana, que é tão importante.

Na minha região, na zona Sul, a operação urbana Jurubatuba deve fazer uma arrecadação de bilhões de reais do setor privado, e esse recurso pode ser investido nos bairros da periferia. Então, para a gente é de suma importância que aconteça isso e não fique só no papel. É importante haver um dispositivo que vale(?) até a operação urbana.

Quanto à supressão do parágrafo 5º, inciso X do artigo, colocaram que fica proibida qualquer via do município de São Paulo ter acesso ao rodoanel. O Plano Diretor não é para um ano ou para dois ou cinco anos; é para 16 anos. Não vejo lógica colocarem essa proibição agora, porque pode ser que, daqui a um ano ou dois anos, possamos abrir só para ambulâncias. Poderá haver pedágio aí ou não, mas não há lógica, nesse momento, fazerem uma proibição de um projeto de uma lei que vai valer por 16 anos. Quer dizer, a Cidade move-se. V.Exa., como urbanista e professor da FAU, sabe que a história de São Paulo há cinco, dez ou dezesseis anos era outra. Não vejo nenhum benefício em congelar isso hoje, a não ser só a

possibilidade de se trazer um grande problema para nós na frente. Essa questão é muito importante. Já falamos bastante. Acho que o Sr. Weber tem simpatia por essa questão.

Temos a previsão de quatro operações urbanas, Arco Tamanduateí, Arco Tietê, Arco Jurubatuba e Arco Pinheiros. Não temos uma definição de quando as operações urbanas vão acontecer, e qual a ordem delas. Pode acontecer, pelo fato de serem amigo do rei, de serem mais bonito ou de o projeto estar pronto, mas não temos um critério específico. Qual é a primeira operação urbana que vai acontecer? O grande avanço das cidades são as operações urbanas, porque jogam para o privado. Não dependem mais do público. É o privado que vai lá, compra o Cepac, e a Prefeitura vai ter o dinheiro do Cepac para fazer o investimento.

Eu confio muito mais no público, porque é muito mais rápido e muito mais ágil no privado do que no público. A ideia é que seja feita uma ordem, e que as operações urbanas ocorram de acordo com a vulnerabilidade social; ou seja, a região que tem o maior índice de vulnerabilidade social será a primeira. Depois vamos ver a segunda região que tem o segundo índice. Haveria um critério para que as operações urbanas ocorram. Isso é justo. É baseado em quê? Na vulnerabilidade social da região. Se a grande questão da operação urbana é se fazer uma arrecadação de recursos para, no entorno, fazer investimento, como hospital, creche, viaduto, ponte, seja o que for, é justo que isso seja feito nas regiões onde há uma maior vulnerabilidade social. Isso é superimportante.

Concluindo, há a questão dos cemitérios. O capítulo sobre isso diz que tem que ser incentivado o lazer. Esse é um erro muito grande, primeiro porque cemitério é uma extensão ao local sagrado. É como se fosse dentro de um templo de uma igreja. O cemitério é um local sagrado.

No memorial, em frente ao Aeroporto de Congonhas, onde há uma construção, por conta das mortes dos 111 passageiros de um voo da TAM, há 111 lâmpadas. Cada uma representa uma vida que ali, infelizmente, nós perdemos. Naquele memorial, não há uma lâmpada acesa hoje. Havia um espelho d'água, mas agora não há mais água. Há o pessoal

que anda de skate. Não tenho nada contra ele. O meu filho anda de skate, mas não se fizermos isso no lugar certo e na hora certa, arrebatam tudo. É o que fizeram. Imaginem colocar o pessoal do skate num cemitério. Vão arrebatá-lo.

Quanto ao cemitério, precisamos estimular a construção dos columbários e dos gavetões. No cemitério de Campo Grande, enterravam trinta pessoas por dia. Hoje enterram dez. Não há vagas. Só conseguem uma vaga no cemitério se tiverem um amigo ou se ligam para um vereador. Isso não é correto.

Poderão fazer investimento hoje de um milhão e cinquenta. Podemos tornar a quadra geral, que é o sepultamento na terra, se fizerem gavetões. Poderão enterrar oito pessoas. Vamos aumentar quatro mil vagas só no Cemitério de Campo Grande. No Cemitério de Parelheiros, não há mais vagas. Se alguém morrer lá e for pobre e tiver que ser enterrado pelo serviço público, terá de ser enterrado no São Luiz. Então, há o foco da questão do cemitério para pessoas de baixa renda. Temos que aumentar as vagas, transformando as quadras gerais, que é terra em gavetões, para podermos aumentar o número de vagas para sepultamentos. Aqui se inclui o sistema hidroviário.

Quanto à aprovação do PMMA, Plano Municipal do Meio Ambiente, no parágrafo do artigo 287, é dito que isso tem que ser aprovado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente. Eu estou propondo que isso seja feito junto com os conselheiros do conselho participativo, porque trazemos a realidade de cada região para dentro da decisão. Tudo bem que vai ser construído por toda a sociedade, mas a aprovação pode ser totalmente alterada. Então, estou sugerindo aqui que além de o Cades aprovar, isso seja feito com um representante de cada subprefeitura. Falo dos representantes eleitos em cada subprefeitura. Aí podemos trazer a diversidade. Nesse debate todo dos Vereadores, vemos como a Cidade é tão diferente e como cada Vereador vê as coisas. Há Vereadores que não têm a mínima ideia do que acontece em Marsilac. Isso não é defeito. A Cidade é maravilhosa, mas é muito diferente. Se não trouxermos uma pessoa de cada região para decidir junto, há prejuízo.

Nobre Vereador Nabil Bonduki, V.Exa. é maravilhoso. Espero muito contar com a sua compreensão. Fiz esse trabalho com o maior carinho do mundo. Todas as justificativas estão embasadas, com o porquê. Se o nobre Vereador puder me ajudar a aprovar isso, eu agradeço.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – O Vereador reclama muito, mas Parelheiros é a única região da cidade de São Paulo que foi contemplada com a citação, na abertura da Copa do Mundo para o mundo inteiro, porque havia um índio de Parelheiros, que foi apresentado na abertura da Copa. Então, Itaquera ficou conhecida no mundo inteiro; e temos um indiozinho de Parelheiros, que foi citado.

O Vereador Ricardo Nunes apresentou algumas emendas realmente interessantíssimas. Há uma discussão bastante interessante com relação ao assunto de cemitérios. Inclusive, com relação à questão da verticalização, nós vamos tratar desse assunto depois. Isso é bastante curioso. Há uma figura do cemitério-parque. Há a possibilidade de haver verticalização em cemitérios verticais em quatro regiões da Cidade. Isso seria muito interessante. O Vereador Nabil Bonduki acompanhou essa discussão e viu que ela é interessante. Nós estaríamos tirando muito daqueles sepultamentos que acontecem no entorno, deixando mais áreas livres; e o cemitério ficaria com figura de parque. No exterior, muitas vezes, não há também os muros. Há a figura da cerca viva e há um espaço, um limite entre a vida e a morte. Não há muro ali. Isso não é feio, faz parte da vida. A morte é um dos episódios da vida, assim como o nascimento. Esse é um assunto bastante interessante; e essa realidade nessa região é bastante curiosa.

Há a questão sobre o polo de desenvolvimento tecnológico de Jaguaré. Isso é extremamente interessante. Fica ao longo do eixo da Jaguaré, da Politécnica, e aquela área é extremamente importante. É de intervenção urbana, e está prevista no Plano Diretor Estratégico. Isso nos deixa apaixonados, porque faz parte do subsetor do Arco Pinheiros. Isso

será tratado em lei. Nós suplementamos uma emenda, sugerindo data, para que tenhamos a possibilidade de buscar essa parceria, já que a USP é a lindeira, transformando aquele espaço num parque tecnológico, no mesmo modelo que há no mundo todo. Isso vai trazer um enorme avanço para aquela região. Vamos requalificar aquela área, ainda mais com uma parceria como essa, que já existe. Não há lugar melhor, em São Paulo, com parque tecnológico, do que aquele que foi escolhido para a área de intervenção.

Nós deixamos a data de março de 2016 para o encaminhamento à Câmara desse parque tecnológico, na forma de projeto de lei.

Tem a palavra o nobre Vereador Nabil Bonduki.

O SR. NABIL BONDUKI – Quero tecer todos os comentários e contribuições de vários Vereadores, que são muito importantes. Assim, abro mão da palavra, nesse momento, para podermos ouvir os vários representantes da sociedade, que estão aqui presentes. No final, posso fazer uma fala geral.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Muito obrigado, nobre Vereador.

Tem a palavra o Sr. Roberto Carvalho, primeiro inscrito, da Cooperativa Paulista de Teatro e Casa Amarela.

O SR. ROBERTO CARVALHO – Boa tarde a todos. Cumprimento todos os presentes nessa sala. Falo em nome da Cooperativa Paulista de Teatro e do Ateliê Compartilhado Casa Amarela, uma ocupação artística que existe na Consolação, no nº 1.075.

Nós, artistas, ligados ao movimento cultural, estamos irmanados com o movimento de moradia. Pedimos a aprovação do Plano Diretor. Vou dizer o porquê disso. O setor de Cultura sente-se contemplado dentro do Plano Diretor. Hoje vemos diversos teatros e espaços públicos sendo ameaçados, como o City Eco, que fica na Rua da Consolação, em frente ao Cemitério da Consolação, ameaçado pela especulação imobiliária. Vários espaços da Praça Roosevelt, que constituíram um projeto de ressignificação daquele espaço, naquela região, hoje se sentem ameaçados pela majoração dos aluguéis. Os próprios artistas que moram na

região da Praça Roosevelt sentem-se ameaçados. Muitos praticamente são expulsos dessa praça e daquela região, por conta da alta dos aluguéis e por conta de um trabalho realizado pelos próprios artistas na região.

A ocupação da Casa Amarela aconteceu no dia 20 de fevereiro deste ano e se constitui numa ação contra a especulação imobiliária naquela região. A ocupação da Casa Amarela ocorreu num imóvel desocupado. Há sete anos, esse imóvel não cumpria a sua função social e não atendia aos interesses da população local. Hoje podemos dizer que, só no primeiro mês, fizemos 800 horas de atividades artísticas, constituindo um espaço que funciona por 24 horas. Todas as demandas da população são atendidas, sob o ponto de vista de acesso de artistas, da população e da fluidez dos bens culturais.

Então, nesse sentido, deixo aqui marcada a presença dos artistas e fazedores de arte e cultura, na cidade de São Paulo, pedindo aprovação do Plano Diretor. Reitero que fomos ouvidos e contemplados pela proposta do relator.

Srs. Vereadores, ouvimos todos com muita paciência. Nós, que somos a população da cidade de São Paulo, nunca sabemos ao certo os interesses que estão por trás das falas de cada Vereador. Não conseguimos decodificar cada interesse.

Reiteremos que os Vereadores aqui presentes tenham sensibilidade, para olhar pela janela e ver a população que está embaixo de barracas, e as mulheres e crianças, que passam um sofrimento danado, pedindo a aprovação do Plano Diretor. Então, apelamos para a sensibilidade de todos os Vereadores presentes. Na hora de votarem, votem com a sua sensibilidade e a sua razão, e percebam que esse processo de elaboração do Plano Diretor foi amplamente discutido com os movimentos sociais, amplamente discutido com os movimentos de moradia, bem como os movimentos de cultura.

Reafirmo, mais uma vez, que nós, artistas, sentimo-nos contemplados e pedimos a imediata aprovação do Plano Diretor.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Eu que agradeço. Assim seja.

Tem a palavra o Sr. Camilo Torres, da Abracirco.

O SR. CAMILO TORRES – Respeitável público, senhoras e senhores, distinta plateia e Srs. Vereadores, boa tarde.

- Os presentes, em coro, dizem: “Boa tarde”.

O SR. CAMILO TORRES – Nós, artistas de circo, queremos sentir a plateia quente. Nada de precedente antes de eu usar a palavra. Se o circo de São Paulo, o teatro de São Paulo e a dança de São Paulo fossem convidadas para fazer a abertura da Copa, seria melhor. Garanto isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Com certeza, e não teríamos de buscar ninguém na Bélgica. (Palmas)

O SR. CAMILO TORRES – Reverbero a fala do meu antecessor, parceiro de luta, o Sr. Norberto, da Cooperativa de Teatro. Sou o atual Presidente da Associação Brasileiro do Circo, com sede em São Paulo. Estamos também contemplados, e agradecemos aqui o relator e os demais Vereadores, quanto à questão da defesa do patrimônio cultural e daquilo que nós pleiteamos em cada uma das 32, se for possível, subprefeituras da cidade de São Paulo, e que; no mínimo, tenhamos um espaço público, um terreno que chamamos de praça, no nosso meio, para que possa ser montado o circo de lona ou serem montadas as atividades circenses ou atividades de rua. Nessa diretriz, o Plano Diretor estende-se ao plano regional de bairros. Estamos contemplados. Isso está no texto.

Queremos também essa aprovação imediata. Qual é o grande diferencial dessa nova proposta? Aqui estou representando a associação, a Cooperativa Brasileira de Circo e a UBC, União Brasileira de Circo, que forma hoje, em São Paulo e no Brasil, a aliança Pró-Circo. Tanto é assim que conseguimos o edital de circo primeiro na cidade de São Paulo nessa atual

gestão. Isso é digno de ser registrado.

O que queremos colocar, como diferencial, é que o circo, enquanto equipamento cultural nômade e itinerante, que tem toda a estrutura lá, possa estar recebendo os movimentos sociais e os movimentos de Saúde, porque nós temos um período ocioso, normalmente nas segundas e nas quartas-feiras. Começamos os nossos trabalhos às quintas-feiras, e fazem três ou quatro sessões no sábado ou no domingo. Então, nesse período ocioso, esperamos que aquele espaço, que está ali e já está transformado num equipamento cultural itinerante, que também é defendido no Plano Diretor, possa receber os movimentos sociais de moradia, de habitação.

Temos já uma parceria com o Ministério da Saúde, do Governo Federal. Esperamos que os circos de todo o Brasil, quando estiverem em comunidades, recebam as campanhas de Saúde. Assim, o espaço torna-se apropriado para receber vacinação, debates com a comunidade e questões sociais de Saúde naquela comunidade. Por que acontecer isso em São Paulo? Porque essa é a nossa proposta.

Boa tarde e muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o nobre Vereador Marquito.

O SR. MARQUITO – Sou de a família de artistas. Graças a Deus, vim do berço de um grande apresentador chamado Raul Gil. Sou do meio do circo e sei as dificuldades de um artista de rua. Por isso, tenho um projeto em andamento, de um circo em cada bairro. Fiquem sossegados, porque tenho um projeto nesse sentido. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Sr. Cláudio Garcês, do MTST.

O SR. CLÁUDIO GARCÊS – Boa tarde a todos. Tenho muito orgulho em pertencer à família MTST. (Palmas)

Venho apelar para a sensibilidade de V.Exas. Ontem ouvi várias falas. Algumas delas reforçam o repovoamento da região central, porém nada é mais democrático do que

ouvirmos cada bairro, que conhece a nossa população e conhece o povo da Copa do Povo. Hoje estou representando hoje o bairro Gleba do Pêssego, onde essa ocupação encontra-se hoje.

Mais uma vez, digo que lá já existe a estrutura. Não é um bairro tão afastado e tão longe da produção industrial; é um bairro industrial. Não é tão abandonado com a questão da Saúde. Nós temos lá postos de Saúde e escolas. Precisamos de melhorias e precisamos que V.Exas. conversem entre si. Entrem em acordo e respeitem a vontade e o desejo da população. Com certeza, existe uma guerra travada entre as pessoas. Existe um cabo de guerra, porém não se esqueçam que existe um povo e uma demanda muito grande. Com certeza, isso não vai resolver a situação habitacional da nossa Cidade. O *déficit* é muito grande. Eu tenho medo no futuro, mesmo que sejam atendidos nossos pedidos. Essas populações podem ser trazidas para o Centro, e seja esbarrada a questão do cadastro. Já estamos no cadastro há muitos anos. Cada pessoa que chega até nós lá, a coordenação ou a liderança fala que já há um cadastro. Então, o medo do cadastro existe. Ele é muito grande. Então, novamente eu e o povo do MTST pedimos que olhem para nós com sensibilidade. Façam alguma coisa por nós, porque, no momento em que entendo que o projeto ou plano ou alguma coisa que venha atender somente ao povo do Centro, eu me preocupo com o povo do bairro, que já existe e já há alguma estrutura, algum comércio. Já existe lá um bairro. Então, por gentileza, ajudem-nos a atender a essa demanda, que é muito grande.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Sr. Christian.

O SR. CHRISTIAN – Boa tarde a todos. Estamos aqui nessa reta final. Todos estão cansados em debater o assunto. Deixo aqui uma mensagem bem simples, que seja mantida toda a transparência e toda a maturidade que teve o processo até aqui. Falo isso porque houve apresentação sem emendas. Entre as emendas, uso um termo, que pode ser classificado quase como revanchista. Há emendas com potencial de desfazerem tudo o que foi feito em

todas as audiências públicas debatidas e discutidas. Então, pedimos atenção desta Casa para que seja consolidada a cidadania de todo mundo aqui, que participou do Plano Diretor, sejam de movimentos sociais, movimentos de moradias, como questões de arte e cultura; para que não se repita agora o que aconteceu no passado, quando, em véspera de votação, na calada da noite, passaram emendas que desfizeram tudo o que foi feito até aqui.

Temos aqui uma preocupação. Manifestamos alguns itens que estão no Plano Diretor, como a zona de transição, que jamais foi submetida à audiência pública para ser discutida. Há também a questão de perímetros de ZER, que têm efetivamente o potencial de criar um novo zoneamento. Não há somente só a zona, mas o perímetro. Como está redigido isso? Mesmo que o zoneamento mude alguma coisa, podemos ir para uma ZER um pouco mais verticalizada. O entorno pode ficar congelado. Realmente são poucos os pontos de preocupação que manifestamos.

Também somos totalmente a favor da aprovação do Plano Diretor, mantida a serenidade, a transparência e a maturidade até aqui.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Eu que agradeço pela sua contribuição.

Além do que o Vereador Nabil Bonduki colocou, sobre as 117 emendas, elas já são de conhecimento de todos, pois isso está publicado no *Diário Oficial da Cidade*. Estamos debatendo isso, e, a partir de agora até a votação, não pode ser acrescentada mais nenhuma emenda. Então, não há nada que possa ser acrescentado de hoje para amanhã. Se a votação ficar para domingo ou segunda-feira, não haverá nada de novo.

As emendas aqui já são de conhecimento. É a primeira vez que fazemos isso. Há muito tempo não temos oportunidade de fazer, com tanto cuidado, esse trabalho.

Tem a palavra o nobre Vereador Nabil Bonduki.

O SR. NABIL BONDUKI – Não é admitida mais nenhuma emenda. Quando se encerra a discussão no plenário, encerra-se o prazo para se protocolarem emendas ou

substitutivos. Então, não pode ser protocolado mais nenhum substitutivo ou nenhuma emenda. Finalizada essa audiência pública, vamos voltar ao plenário. Temos que fazer a reunião das comissões, e depois haverá votação. Então, será votado um substitutivo, um dos quatro e depois disso serão votadas as emendas, e provavelmente serão agrupadas as serem aprovadas; e também agrupadas as que serão rejeitadas. Não tem nenhuma carta que não está nesse baralho. Na hora distribuir as cartas, algumas vão ser aprovadas, se tiverem 33 votos; e outras serão rejeitadas, se houver a rejeição com 33 votos. Desculpe... Se não tiver aprovação, se não conseguir alcançar 23 votos. Não temos outra carta no baralho, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra Zelídio Barbosa do MTSP.

O SR. ZELIDIO BARBOSA – Escrevi algumas palavras, mas serei breve, farei um resumo. Quero chamar a atenção dos Srs. Vereadores, foi dito nesta Casa que a Copa do Povo está furando fila, e não é verdade. A Copa do Povo não fura fila, que fila é essa que nunca termina? Defendemos a moradia na Copa do Povo porque não temos opção de fila. Se ficar esperando na fila, vamos envelhecer na fila, nunca chega o fim dela. Pedimos, queremos que a Copa do Povo seja aprovada, as pessoas que estão lá são da região; ela tem que ser aprovada para as pessoas da região. Podemos conseguir mais espaço, há mais espaços para serem aprovadas e resolver então o problema das demais pessoas, que precisam disso. Sabemos que isso existe, a Casa também sabe disso. O que os movimentos fazem é o que esta Casa deveria fazer, que é aprovar mais projetos de habitação popular. O trabalho que nós fazemos, os senhores é que deviam estar fazendo pra gente. O que pedimos aos senhores é que a gente fique na região. A Copa do Povo, nela há mais de cinco mil pessoas. Então: ah, vou aprovar, mas tem de ser para todos. Ok, legal, devia ser para todos, mas olhem para as pessoas daquela região, elas tem de ficar naquela região. Aprovar para todos é maravilhoso, mas podiam aprovar mais projetos nesta Casa para atender as pessoas que estão precisando, em vez de ficar falando: ah, mas o movimento A está furando a fila, está passando o movimento B. Não é verdade, ninguém está passando na frente de ninguém. Só estamos

querendo moradia.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra Jussara do MTST.

A SRA. JUSSARA – Mais uma vez, boa tarde a todos. Acho que os dois companheiros já falaram tudo que devia ser dito, mas cabe mais algumas questões. Durante os últimos dias, fomos muito criticados por conta do nosso acampamento, por conta de estarmos presente em todos os dias no plenário, na votação, e nas audiências públicas.

Quero dizer aos Srs. Vereadores, aos movimentos aqui presentes que nós simplesmente estamos exercitando um direito democrático, o direito de se manifestar, o direito de lutar pelos nossos direitos.

Há três dias estamos acampados e nenhuma folha de árvore foi derrubada, nenhuma pedra da calçada foi tirada do lugar, ninguém foi ofendido pela nossa boca. A única coisa que temos feito, desde então, é exigir o direito à moradia, e também o direito de se manifestar.

Por isso, Srs. Vereadores, agradeço por terem dado abertura para exercermos a democracia neste país e se manifestar em frente a esta Câmara, exigindo também que o Plano Diretor seja votado – pois a nossa reivindicação é legítima – para que todas as pessoas, todas as famílias, todos os movimentos populares que estão aqui possam conquistar finalmente a sua moradia, nada mais além disso.

Peço aos companheiros presentes do MTST e dos outros movimentos, porque eu acho que existe um único grito de ordem, neste momento: criar, criar, poder popular! Criar, criar, poder popular! É isso que estamos fazendo.

- Palmas prolongadas.

- Os presentes se manifestam com palavras de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Jussara, teria com certeza sido melhor na abertura da Copa do que o que aconteceu! (Risos)

Sr. Cássio Romano, Movimento ZER Legal. Depois dele há apenas mais um inscrito.

(NÃO IDENTIFICADO) – E aí vamos à aprovação?

- Palmas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Ai vamos ouvir por três minutos o nosso patrão do Executivo. Ele está representando o Prefeito Haddad.

O SR. CÁSSIO ROMANO – Boa tarde, Srs. Vereadores, senhoras, senhores, infelizmente tenho de voltar ao assunto Zona Estritamente Residencial. As palavras iniciais do Vereador Nabil Bonduki, que teve de se ausentar, foram muito otimistas para nós que reivindicamos que o assunto zoneamento seja objeto de discussão, no momento oportuno, e não no Plano Diretor.

Insisto que o baralho citado pelo Vereador Bonduki, ele tem muitas cartas traiçoeiras, que invalidam todo o tratamento, toda a construção de uma ideia desenvolvida, com Vereadores de mais de um partido, de mais de uma linha, que entenderam o nosso ponto de vista, que é exercer apenas a democracia. Os movimentos sociais também fazem esse pleito. Infelizmente, não tenho 15 mil amigos para acamparmos aqui na frente. Se não, talvez, fôssemos mais ouvidos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Mas têm 4% do território da cidade.

O SR. CÁSSIO ROMANO – Temos 4% do território da cidade, quer dizer, nós não, outros movimentos talvez tenham esses 4%.

É só isso, esse baralho tem muita carta traiçoeira. Seria bom olhar com atenção. Há emenda que é um copia e cola, repetindo todos os problemas que vieram no lote de 300 e poucas emendas iniciais. Os senhores são conhecedores do assunto, não estou querendo ensinar o Padre Nosso ao vigário, estou confirmando que nós também vimos isso nas poucas horas que tivemos para examinar.

Muito obrigado.

- Palmas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – A última inscrita é a Dora. Dra. Dora, brava que só ela. É do Movimento São Benedito.

A SRA. DORA – É a Dora pimentinha? (Risos) Espírito da Elis Regina.

Srs. Vereadores, Executivo presente, CNDU, boa tarde a todos os presentes, todas as entidades, todas as pessoas.

Quero lhes dizer que nunca, como cidadã, eu tive a oportunidade de participar de um processo tão rico quanto o que foi do PDE.

Quando no Governo Kassab, o Vereador Police Neto era o relator, nós também participamos ativamente das audiências. Como nós, nesta discussão do PDE – que está na reta final, creio vai dar certo de finalizarmos, pois chegamos a um esgotamento, esgotamento de todo mundo. Todos nós estamos esgotados, cansados, não há mais energia para tocar em frente. Tudo que tinha de ser discutido, debatido, já foi exaustivamente. Não participou quem não quis. Ontem, disse isso no Conselho Participativo Municipal do meu distrito, e nele sou conselheira.

Senhores, a oportunidade de participação foi ampla. Até a Rede Globo deu essa oportunidade. Não foi ao Anhembi quem não quis porque eu fiquei dois dias no Anhembi, eu e as entidades que represento, lá estávamos.

Acho que o Executivo, o Legislativo, principalmente o povo desta cidade, as entidades que participaram, porque isso é exercer a cidadania, é importante. Ainda estamos engatinhando na democracia, precisamos cuidar dessa criança com todo carinho, incentivar, cada vez mais, a participação das entidades, da população em geral. Assim é que se transforma uma sociedade.

Quando eu leio o PDE tenho muita alegria, vejo que há coisas escritas, as quais defendi. E de várias questões, não somente àquelas pelas quais mais me bati, mas outras que também discutimos, que são do interesse da cidade. Todos queremos uma cidade mais igual,

mais humana, mais solidária, mais fraterna, mais possível de ser vivida porque o nosso meio ambiente é bastante caótico. Temos de nos esforçar, e é preciso que o poder público entre pra valer, também o Legislativo em sua integralidade, e a população. Um conjunto de forças, conjugando forças para poder reverter o quadro, por exemplo, de poluição da cidade; de dificuldade de locomoção. Temos de aprimorar o transporte público, dar qualidade e quantidade nesta cidade, para que possamos deixar de lado a cultura de andar em veículos, em carro de passeio. Deixar o carro de passeio na garagem para uma viagem, para um final de semana na casa de um amigo, que possamos usar realmente o transporte público.

Senhores, é uma vergonha. O metrô devia estar alastrado pela cidade toda; o trem – que não é tão caro – devia ter na cidade toda para poder nos transportar com conforto. No entanto, o nosso transporte público... Vejam lá em Santo Amaro, a linha de metrô não termina, a obra não acaba. Era para inaugurar a linha até Chácara Klabin, mas não vai! A estação Adolfo Pinheiro foi inaugurada, mas de maneira precária. Estou dizendo que tem de ter, realmente, um olhar profundo quanto ao Transporte.

Outro assunto é quanto à verticalização dos cemitérios. Acho que é mesmo preciso, pois é uma questão de saúde pública. Imaginem como fica o nosso lençol freático com a decomposição de todos os sepultados, não é verdade? Também a poluição gerada em nosso solo, há contaminação que gerará problemas na saúde da população. A verticalização é uma coisa inteligente, é positiva, é boa. Há muitas coisas no PDE positivas, são avanços. Agora, há outras que nos preocupam.

Temos de ver a nossa cidade como um todo. Temos uma realidade para a qual não podemos fechar os olhos: 90% da prestação de serviço, do comércio de São Paulo, de certa forma, há dificuldade quanto à regularização. E a cidade se sustenta na prestação de serviço e no comércio porque a indústria não mais está aqui em massa. A indústria já foi daqui para outros lugares. Vejam na Avenida Nações Unidas, quais são as indústrias que estão lá? Quase nada.

Temos de buscar uma forma para ter uma cidade regularizada, pois é bom pra todo mundo, é bom para os cofres públicos, para os prestadores de serviços, para os comerciantes, para a população, pra todo mundo.

Outro aspecto é quando falamos de ZER. Todo mundo, quem mora em ZER, quer preservar a ZER. Ninguém quer acabar com ela. Há um discurso falacioso, falso. Quando falamos da prestação de serviço nas bordas de ZER, que precisam ser regularizadas, porque consolidaram ao longo do tempo, e serve o próprio bairro ZER e a população que está por ali. E esse negócio de dizer que a prestação de serviços, que está nas bordas vai contaminar pra dentro, é mentira. Se verdade fosse já estaria contaminado nesses anos todos. Cito o exemplo de algumas ruas que há 45 anos tem prestação de serviço e está irregular.

Vereador Nabil, há um artigo, e não é um artigo. O caput, a cabeça do art. 27, que dá as diretrizes à Lei de Uso e Ocupação do Solo, é para onde teremos de olhar e verificar: o que vamos poder fazer na citada? E ali vai dizer até aonde podemos... Na minha concepção, há coisas ali que geram certo conflito. Por exemplo, o inciso XLIV, na minha concepção e discutindo com outras pessoas, devia ser excluído. Nós não podemos querer ter uma lei em que, de cara, está criada e elaborada de forma a não servir. Há que se ter um olhar criterioso para ela ser lapidada o melhor possível, ser uma lei boa, uma lei que sirva aos seus interesses e propósitos. Então, ao ler o inciso verificamos que é quanto às características urbanísticas, e se pegarmos a prestação de serviço do pequeno comércio, com pequeno impacto, baixa incomodidade, que estão nas bordas, esses estabelecimentos – muitos são sobradinhos geminados – não estão com características paisagísticas, urbanísticas. Desculpem-me! Estão fechando os olhos para uma realidade que existe? Estão escrevendo algo que não é? Agora, é diferente da ZER nos Jardins, no Pacaembu... Isso precisa ser visto.

Muito obrigada!

Parabéns a todos pelo processo maravilhoso.

Esperamos que o PDE seja votado até amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Pela ordem, Vereador Ricardo Young.

O SR. RICARDO YOUNG – Presidente, queria prestar uma esclarecimento, fazer algumas colocações, mas serei rápido.

O esclarecimento é que sim, vamos sair daqui e pelo acordo que temos com os demais líderes, vamos para um Congresso de Comissões, discutiremos as emendas e, depois, entraremos no processo de votação. Há disposição dos Vereadores de não fazer a votação à noite, depois das 20h, o que eventualmente poderá levar à votação para segunda-feira.

- Vaias entre os presentes.

O SR. RICARDO YOUNG – Não estou dizendo que não queremos votar hoje, estou dizendo que há Congresso de Comissões, temos de cumprir o Regimento. Queremos evitar votações tarde da noite. Por isso, o processo...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. RICARDO YOUNG – Por isso é que o processo tem de ser o mais rápido possível. Faço essas afirmações para que vocês não tenham estranhamento, pois há um processo que tem ser cumprido. Esta audiência pública estava prevista para ser encerrada às 16h, são mais de 17h, esse vai ser o procedimento, vamos continuar dialogando com vocês.

A segunda coisa que quero colocar é que é muito fácil, neste momento, resvalar para a demagogia, mas o que vou dizer não é demagógico. Estou falando de coração, como homem público e como cidadão desta cidade. Fiquei comovido com a fala da Jussara porque o MTST está inovando na forma de fazer movimentos sociais na cidade. Ninguém pode acusá-lo de ter usado violência. Quando houve excessos, o próprio movimento foi o primeiro a reconhecer os excessos. O que o MTST fez foi um movimento democrático, usou sim a desobediência civil, mas é necessário usá-la quando as forças instituídas não conseguem resolver o problema; e usou do princípio de não violência, que é o que esta cidade precisa aprender.

- Palmas.

O SR. RICARDO YOUNG – Precisamos aprender a pressionar as instituições, precisamos aprender o poder da não violência. Um dos maiores e mais significativos movimentos da história da humanidade, a libertação da Índia, foi feita em cima desses dois princípios: desobediência civil e não violência.

Vocês estão inovando na iniciativa que têm tido, usando os dois princípios e nos mostrando – a nós, aos demais movimentos e para a cidade – que é possível fazer política com participação popular, com “p” maiúsculo e avançar nas agendas, fazendo com que haja colaboração necessária para que haja avanços. Falei ao Guilherme, compartilhei artigo que ele escreveu ontem na *Folha*. O artigo do Guilherme é extremamente didático. Mesmo nós Vereadores, que estamos aqui convivendo com a questão da habitação popular, fomos esclarecidos por alguns pontos daquele artigo. É assim que se faz, é esclarecendo a população, é convidando os Vereadores a irem aos locais, é convidando as autoridades para visitarem, conhecerem a realidade no local. É trazer realidade à frente das instituições. Quando os homens e as mulheres públicas se omitem dessa função, é pressionar através da desobediência civil, é não usar a violência, é ser firme nos propósitos, mas flexível nos processos.

Vocês nos deram uma aula de cidadania, estão de parabéns!

- Palmas prolongadas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra Antonio Pedro do Muhab.

O SR. ANTONIO PEDRO – Saúdo a bancada de Vereadores da Comissão de Política Urbana, os movimentos sociais, principalmente de moradia; mas aqui estão artistas, outras entidades que estão participando desse processo, praticamente ao longo dos últimos dois anos. Pretendemos que esse processo se encerre, de preferência ainda hoje. O processo se alongou por muito tempo.

Entendemos que o processo é importante, não está sendo apressado. Há muito tempo que há debates, desde a audiência nas subprefeituras, as macros, as regionais,

municipais, temáticas, são mais de 60 audiências públicas. A população, os movimentos sociais organizados estão bastante esclarecidos devido tempo que foi debatido.

Imaginamos que os Vereadores, que receberam uma série de propostas dos movimentos, inclusive áreas a serem incluídas como ZEIS na cidade de São Paulo, acho que não há contradição. Embora alguns tentem demonstrar contradição, dizendo que há movimentos fazendo ocupação em bairros, na periferia, no centro. Entendemos que o Plano Diretor vai valer por 16 anos, até 2030. Voltaremos a debater a temática urbana em 2030. Óbvio, há a Lei do Zoneamento, que vai ser um próximo debate e dele vamos participar, embora não tenha a mesma grandeza, mas também mexe com a cidade, vamos nos debruçar sobre o tema no momento oportuno.

Entendemos que tudo que foi extraído das audiências, os debates, as propostas dos movimentos de moradia, que é o nosso caso, quero lhes dizer que se há ocupações no centro da cidade, há ocupações também no Capão Redondo, no Campo Limpo, do Ipiranga, em Cidade Ademar, em São Miguel. Nossas entidades organizam ocupações em várias regiões da cidade. Talvez não nas duas da Sul e da Leste, mas são ocupações, são movimentos que lutam com legitimidade. Procuramos sempre representar quando falamos de público essas regiões.

Para finalizar, esperamos que o que foi remetido em termos de propostas, de ZEIS, nós queremos principalmente nos eixos de mobilidade porque o trabalhador não é obrigado a ficar duas, três horas dentro de um ônibus até chegar ao local de trabalho. Ele merece ter a oportunidade de morar com qualidade em regiões com infraestrutura, que permita bom transporte e emprego.

Acreditamos que não há contradição entre fazer movimento, ocupação na periferia, no centro expandido, nas regiões intermediárias. Não pode perdurar a especulação imobiliária, que acontece ao longo de décadas. A questão entre periferia e centro é simplesmente separado por classes sociais. Ou seja, os trabalhadores, os pobres nos rincões mais

longínquos e a elite, a burguesia na região com boa infraestrutura, com qualidade de vida, e isso tem ser estendido a todos os moradores, todos os trabalhadores da cidade.

Nós do Muhab gostaríamos que isso fosse respeitado, que haja emendas. Embora tenham dito que não vai ter emenda, de madrugada, nós não conseguimos acesso. Ouvi falar de mais de 100 emendas, foi dito que eram algumas... Não sabemos o conteúdo delas, que, às vezes, desfazem tudo aquilo que foi construído com as entidades, com os movimentos ao longo de todos esses anos. Espero que os Vereadores tenham sensibilidade, respeitem o que foi construído coletivamente no calor do debate, na contradição, mas é a essência real do debate.

Muito obrigado aqui, em nome do Muhab e de nossas entidades. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE - Obrigado.

Serginho.

O SR. PASCOAL DE CONCEIÇÃO (?) - Deixe-me só dizer uma coisa: eu faço um personagem, que este ano faz 20 anos, que é o Dr. Abobrinha - o homem que quer derrubar o Castelo e, no lugar, construir o seu estacionamento, o grande especulador imobiliário -, há 20 anos. Mas já fazia desde a década de 70, que eu conheço esta Cidade, que eu trabalho nesta Cidade, que eu vivo nesta Cidade, que eu vejo esse personagem atuar dessa maneira nefasta nesta Cidade.

Eu vim aqui hoje trazer o meu personagem, Dr. Abobrinha, que quer o castelo, "Que tudo é meu, meu, meu", para trazer realmente um desejo, o grande desejo que realmente tomemos um passo enorme para o futuro das crianças desta Cidade, para o futuro desta Cidade, que é votar hoje mesmo o Plano Diretor, é verdade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE - Serginho.

O SR. SÉRGIO - Sou Sérgio, lá de Itaquera, terra do legado da Copa. Está aqui também o Papa de Itaquera, o Padre Paulo, 30 anos de Itaquera. Pode levantar, Padre Paulo. (Palmas)

Queremos dizer aqui que, quando meu pai chegou ali no Jardim Helian, que é para baixo da Gleba - não havia nem a Gleba ainda onde a colega falou -, cortávamos taquara para colocar. Vocês se lembram da taquara? Era para colocar cerca, porque não havia dinheiro para se comprar blocos. Então, assim, estamos já há 40 anos no bairro. Trata-se de uma região esquecida. Já estivemos aqui várias vezes para falar da pequena UBS Jardim Helian.

Do lado da Copa do Povo, há o Planetário de Itaquera, que está fechado, pois o povo de Itaquera não merece, acho, cultura, não é? Do outro lado, estão aprovando um cemitério que se chama Parque dos Pêssegos, que já tentamos bloquear lá, porque falamos: "Ah, vocês estão em Zona Mista". E aquele terreno está lá no ltr há mais de 40 anos. O cara está pagando ltr, não é? O meu pai paga mais, que tem uma casinha de 5 por 25, e aquele cara paga - ou a construtora grandona - 70 reais.

Então, assim, nós, em nome de Itaquera, acolhemos o movimento. O movimento é bem-vindo, a Copa do Povo é bem-vinda. Há operário dentro do Itaquerão, que está dentro da Copa do Povo - que o Itaquerão não deu emprego, não deu casa... (Palmas)

O SR. SÉRGIO - Mas a Copa do Povo deu moradia, está lá, que há operário que está morando lá. Há gente que está em cima do córrego, que está morando lá na Copa do Povo. Então, há gente de Itaquera.

Assim, falo para vocês: "Quanto à Copa, não sei; mas a luta já deixou um legado grande. O movimento MTST já deixou um legado grande, que é o legado da luta".

Quanto a essa luta, o Vereador bem falou, isso não tem preço. E nós, de certa forma, do Jardim Helian, que é o bairro que está abaixo, está na Zona Mista, acolhemos o movimento com a maior alegria, que aquele terreno servia para descartar carro. Há um Eco Esporte lá no meio, que fomos verificar se não havia gente queimada lá dentro. Havia cara que estava jogando barro, às 3h da manhã, e o caminhão virou lá, porque ele estava entrando no terreno para jogar barro e entulho.

Então, era isso que merecíamos de legado da Copa? Não. A alegria grande vai ser

ver aquele terreno ali povoado, com um monte de prédios de apartamentos para o povo.
(Palmas)

Então, vamos apressar aqui a fala para os senhores aprovarem logo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE - Obrigado.

O SR. SÉRGIO - Muito obrigado. Obrigado, poder popular. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE - Não havendo mais inscritos, indago ao Vereador Nabil se quer fazer algum comentário.

O SR. NABIL BONDUKI - Até para que possamos agilizar o processo aqui, vou abrir mão de fazer uma fala.

Quero agradecer a todos vocês pela presença, pela persistência, pelo apoio. Agradecer também aos Vereadores todos aqui nesta Mesa, que colaboraram muito com o Plano Diretor, com as emendas. Nós vemos aqui certo trabalho para fazer, que é analisar essas emendas.

Quero pedir para vocês até certa compreensão, porque não podemos correr o risco de aprovar uma emenda que descaracterize o Plano, deixar de fora uma emenda boa. Então, vamos precisar aqui um tempo para poder não só analisar, como também conversar com os Vereadores para poder verificar o que que aprova, o que que não aprova das emendas, não é? Porque o projeto geral já está “consensuado”, em grande parte. Mas, quanto às emendas, precisamos chegar nelas, ver se não há contradições.

Então, isso vai exigir certo trabalho aqui, não só meu, da minha equipe, como do Executivo, que está aqui representado pelo chefe de gabinete da Secretaria, Weber, que também foi um grande colaborador desse processo, e toda a Secretaria, que nos ajudou muito nesse trabalho. E também de todos os Vereadores para o entendimento da aprovação final.

Acho que ainda temos essa tarefa a fazer até aprovar, e não podemos perder a oportunidade de terminar bem esse processo. Vamos terminar bem. Se não der hoje, terminar no dia seguinte. Precisamos terminar bem. É melhor terminar bem do que terminar mal. Vamos

terminar bem...

- Comentário fora do microfone.

O SR. NABIL BONDUKI – Fique tranquila, Dora. Se houver algum artigo, algum inciso inconstitucional, ele será vetado, porque não passará pela assessoria técnico-legislativa da Prefeitura. Não temos condições de veto, temos a condição de aprovar. Depois, o veto caberá ao Executivo. Se houver um artigo inconstitucional, ele será vetado, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Quero agradecer a presença de todos. Tem a palavra a nobre Vereador Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Queria dar meus parabéns. Estava comentando com o nosso companheiro que faz cinco anos que estou nesta Casa e eu nunca vi um processo de tanta intensidade e tão organizado quanto este, não só por parte dos Vereadores mas também do Movimento Social Popular, que está aqui para discutir.

Acho que o Plano Diretor foi amplamente debatido e o Nabil e todos os Vereadores que estão na organização ouviram e tentaram contemplar a todos.

Outro dia o Prefeito falou, em uma reunião conosco, o seguinte: “O Plano não vai conseguir contemplar 100% todo mundo. Senão, nunca conseguiremos fechá-lo. Temos de trabalhar no sentido de fechar 100% do Plano Diretor contemplando um pouco todo mundo, mas, principalmente, a Cidade”.

Acho que trabalhamos para isso. Parabéns a todos a equipe do Nabil e dos outros Vereadores que estão nessa organização. E parabéns, principalmente, para o Movimento Social Popular, unido na luta. É assim que conquistamos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Antes de encerrar, deixo aqui os agradecimentos a Weber, da Secretaria, que nos acompanhou todo esse período, por sua paciência. Ele nos acompanhou todos os dias até tarde, e, neste ato, ele representa o Poder Executivo. Portanto, ele representa o Prefeito Haddad nesta Casa.

Deixo aqui meu agradecimento ao Padre Paulo, que está aqui conosco hoje, e

neste ato representa nosso Francisco, já que o Papa Francisco não está aqui.

Obrigado pela sua presença, Padre Paulo.

Agradeço a todos que se manifestaram ao longo de todo esse período. Todo o carinho da Casa. Esta é a Casa de vocês. Muito obrigado.

Está encerrada a audiência pública.
